



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

938/2021

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica na **Rua Bristol com Av. San Marino no Bairro Europa, ponto de encontro na esquina supracitada, no dia 16 de agosto de 2021, às 09:30.**

A realização desta visita técnica se justifica para que seja verificada a possibilidade:

- estudo para melhoria no raio de giro, da Av. San Marino para à Rua Bristol, facilitando a trafegabilidade dos ônibus, que cumprem itinerário por esse local.

Segue em anexo, lista de convidados para acompanhamento da visita técnica.

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2021.


Vereadora Nely Aquino

Presidente CMBH

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário

Vereador WESLEY AUTO ESCOLA

LISTA DE CONVIDADOS

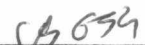
- Coordenador de Administração Regional Municipal Norte – Humberto Pereira de Abreu Júnior
- Diogo Prosdocimi – Presidente da BHTRANS
- Comissão Regional de Transporte e Trânsito – Regional Venda Nova

Proposição inicial
Avulsos distribuídos em:

5 1 8 1 21

GABINETE VEREADORA NELY - PODEMOS

Av. dos Andradas, 3.100 Gabinete: B-305 Santa Efigênia BH/MG CEP: 30.260-900
Contato: (31) 3555-1155 E-mail: ver.nely@cmbh.mg.gov.br


Responsável pela distribuição

CMBH_DIRLEG-05/ago/21-14:17:04-001938-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão Nº
960/2021

Senhor Presidente,

Considerando tema de audiência pública realizada por esta Comissão no dia 05 de agosto, por aprovação do Requerimento de Comissão nº 875/2021 de autoria deste vereador, requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica combinado com o art. 48, II do Regimento Interno desta Casa, seja encaminhado à URBEL - Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte o seguinte pedido de informação:

- Quais as comunidades que estão passando por processo de intervenção e regularização fundiária e qual a fase respectiva de cada uma delas?

Belo Horizonte, 05 de agosto de 2021.

Vereador Léo
Líder de Governo

Excelentíssimo Senhor Presidente
Comissão de Desenvolvimento Econômico,
Transporte e Sistema Viário

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

10 108 121

mf/600
Responsável pela distribuição

Protocolizado conforme
Portaria nº 13.884/20
Data: 05/08/21
Hora: 17:44:40



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão
REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº
961/2021

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência e aos demais membros desta Comissão, nos termos do art. 76, §4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, que após ouvido este plenário seja encaminhado, por meio da Mesa, à EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE- BHTRANS, pedido de informações sobre a questão abaixo relacionada:

Foi aprovada nessa casa a Indicação nº 114/2021 em que sugeri ao presidente da BHTrans, Diogo Prosdoscimi, para a ampliação do trajeto do ônibus da linha 336, que serve à comunidade da Vila Bernardete, até o Hospital Júlia Kubistcheck. A ampliação do trajeto e itinerário possui relevante motivo público haja vista que atende todos aquelas que precisam se deslocar da Vila Bernadete até o Hospital para atendimento, chegou a esta casa vários relatos que pessoas enfermas, idosos e portadores de deficiência tem que fazer o trajeto à pé, mesmo sem condições físicas.

Isto posto, requeiro saber:

Protocolizado conforme
Portaria nº 18.884/20
Data: 05/08/21
Hora: 19:29:02



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Há previsão de ampliação do trajeto do ônibus da linha 336, para atender a comunidade da Vila Bernardete até o Hospital Júlia Kubistcheck? Em caso afirmativo, qual é o prazo da previsão?
- Caso não haja previsão, seria possível realizar tal ampliação?

Belo Horizonte, 05 de Agosto de 2021

Vereadora Iza Lourença

Ao Exmo. Senhor

Vereador Wesley

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

10 / 08 / 21

Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

969/2021

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica à rua Albertino Teixeira Dias, nº 317, Bairro Teixeira Dias, com a finalidade de buscar solução urgente e definitiva para o recorrente surgimento de buracos e afundamentos no asfalto da via.

A solicitação torna-se necessária pelo fato de os buracos, que a primeira vista parecem pequenos, serem fundos e ocos, o que provoca o surgimento repentino de crateras. Houve ocasião, noticiado em jornais desta capital – inclusive –, em que um veículo foi engolido por um dos buracos que se abriu na via.

Ressalta-se ainda que, além de intenso tráfego de veículos particulares e pedestres, circulam na rua em comento duas linhas de ônibus coletivos, o que aumenta o risco de graves acidentes.

A referida visita ocorrerá no dia 28 de setembro de 2021, às 10h, com ponto de encontro na rua Albertino Teixeira Dias, nº 317, Bairro Teixeira Dias.

Sugiro sejam convidados:

- O Sr. Henrique de Castilho, Superintendente da SUDECAP;
- O Sr. Josué Valadão, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura;
- O Sr. Waldir Figueiredo Vieira, Subsecretário de Proteção e Defesa Civil;

CMBH_DIRLEG-06/ago/21-14:37:01-001958-1

4



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- O Sr. Walmir Anselmo Mattos, Coordenador de Atendimento da Regional Barreiro;
- O Sr. Carlos Eduardo Tavares de Castro, Diretor-Presidente da COPASA.

Sugiro que os representantes de cada órgão convidado apresentem sugestões para que a questão acima suscitada tenha uma resolução favorável aos anseios e à segurança dos moradores locais.

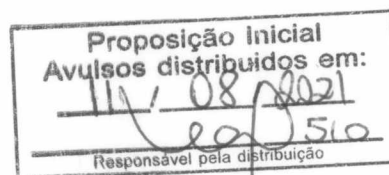
Belo Horizonte, 04 de agosto de 2021.

Vereador Irlan Melo

Ao Senhor

Vereador Wesley

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

970/2021

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica na rua Alexandrita, 34, Bairro Betânia, com a finalidade de buscar soluções e medidas efetivas para os recorrentes problemas com as vagas de estacionamento na via pública.

A solicitação deve-se pelo fato de formar-se, no entroncamento da rua Alexandrita com a rua Amanda, no bairro Betânia, um grande espaço aberto em que diversos motoristas utilizam, indevidamente, como estacionamento.

Apesar de inúmeras multas serem aplicadas, muitos motoristas arriscam-se estacionando no local proibido. Tal atitude se justifica pelo fato de a região encontrar-se a poucos metros da Avenida Úrsula Paulino – onde há intenso tráfego de veículos e um importante centro comercial da região – e não haver disponibilidade de vagas para atender a demanda.

Em razão do acima destacado, empreendedores da rua Alexandrita procuraram o meu gabinete para solicitar apoio na busca pela regularização das vagas de estacionamento na via pública. A visita almeja, portanto, encontrar medidas efetivas para a otimização do espaço e para criar um ambiente menos conturbado para os clientes dos comércios locais.

A referida visita ocorrerá no dia 21 de setembro de 2021, às 09h, com ponto de encontro a esquina da rua Alexandrita, 34, bairro Betânia.

Sugiro sejam convidados:

CHBH_DIRLEG-06/ago/21-14:35:39-001955-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- O Sr Josué Valadão, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura;
- O Sr. Diogo Prosdocimi, Presidente da BHTRANS;
- O Sr. Sylvio Ferreira Malta Neto, Coordenador de atendimento da Regional Oeste.

Sugiro que os representantes da SMOBI, BHTRANS e da Regional Oeste apresentem sugestões para que a questão acima suscitada tenha uma resolução favorável aos anseios dos moradores e comerciantes locais.

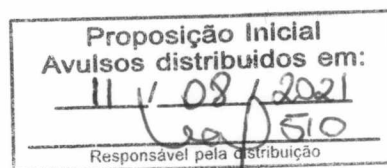
Belo Horizonte, 04 de agosto de 2021.

Vereador Irlan Melo

Ao Senhor

Vereador Wesley

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **973/2021**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Saúde e Saneamento, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica na rua Geraldo do Carmo, 248, Conjunto Betânia, com a finalidade de verificar e cobrar providências para que as obras da galeria da rede de esgoto sejam concluídas até que alcancem o Rio Arrudas.

A realização desta visita técnica se justifica em decorrência da solicitação de moradores locais que reclamam – reiteradamente – do esgoto que corre a céu aberto, o que ocasiona diversos problemas e inconvenientes como mal cheiro, presença de roedores e insetos nocivos à saúde humana. O transtorno mencionado poderia ser remediado com a conclusão das obras da galeria que leva o esgoto ao Rio Arrudas

Ademais, não bastasse os problemas supramencionados, os barrancos, nas margens do esgotamento inacabado, estão cedendo, gerando trincamentos e mais inconvenientes aos moradores.

A referida visita ocorrerá no dia 21 de setembro de 2021, às 10:30h, com ponto de encontro na rua Geraldo do Carmo, 248, Conjunto Betânia.

Sugiro sejam convidados:

- O Sr. Carlos Eduardo Tavares de Castro, Diretor-Presidente da COPASA;
- O Sr. Josué Valadão, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura;
- O Sr. Waldir Figueiredo Vieira, Subsecretário de Proteção e Defesa Civil;

CHEH_DIREG-06/ago/21-14:36:12-001956-1

4



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- O Sr. Sylvio Ferreira Malta Neto, Coordenador de atendimento da Regional Oeste.

Belo Horizonte, 04 de agosto de 2021.

Vereador Irlan Melo

Ao Senhor
Vereador Wesley
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário



Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
11 / 08 / 2021
Leandro SIO
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº **974/2021**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica à rua Gloriosa, no Bairro Jardimópolis, com a finalidade de buscar soluções e medidas efetivas para coibir o excesso de velocidade dos veículos que transitam pelo local.

A solicitação deve-se pelo fato de a rua Gloriosa ser uma via reta, cumprida e inclinada, com significativa movimentação de veículos que descem pelo logradouro em velocidade acima do razoável, o que coloca em risco a vida e a segurança dos moradores, pedestres e daqueles que trafegam pela rua. Neste sentido, frisa-se que a simples instalação de um redutor de velocidade no local diminuiria significativamente os transtornos causados àqueles que circulam pela cercania.

A referida visita ocorrerá no dia 29 de setembro de 2021, às 09:30h, com ponto de encontro a esquina da rua Gloriosa com rua Jabotão, no Bairro Jardimópolis.

Sugiro sejam convidados:

- O Sr. Diogo Prosdocimi, Presidente da BHTRANS;
- O Sr. Sylvio Ferreira Malta Neto, Coordenador de atendimento da Regional Oeste.

CMH_DIREG-06/ago/21-14:37:18-001959-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Sugiro que os representantes da BHTRANS e da Regional Oeste apresentem sugestões para que a questão acima suscitada tenha uma resolução favorável aos anseios e à segurança dos moradores locais.

Belo Horizonte, 02 de agosto de 2021.

Vereador Irlan Melo

Ao Senhor

Vereador Wesley

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
11 / 08 / 2021
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

975/2021

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, nos termos do Regimento Interno, que seja incluído o convidado abaixo para a Audiência Pública aprovada pelo Requerimento 883/2021, com a finalidade de buscar soluções e medidas efetivas para eliminar as constantes práticas de "racha" ocorridas no local.

- Sra. Neusa Maria da Silva Oliveira Fonseca, coordenadora de atendimento da Regional Pampulha.

Solicito ainda a retirada do convite ao Sr. Humberto Pereira de Abreu Júnior, coordenador de atendimento da Regional Venda Nova, haja vista a região da visita pertencer à jurisdição da Coordenadoria da Regional Pampulha.

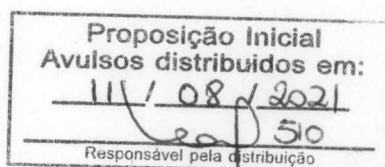
Belo Horizonte, 10 de agosto de 2021


Vereador Irlan Melo

Ao Senhor

Vereador Wesley

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário.



Protocolizado conforme
Portaria nº 18.884/20
Data: 10/08/21
Hora: 19:41:16



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

978/2021

Senhor Presidente,

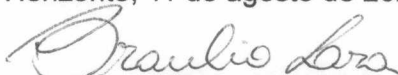
Requeiro a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico Transporte e Sistema Viário - CDETSV, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica na Serraria Souza Pinto, na Avenida Assis Chateaubriand, 889, Centro na cidade de Belo Horizonte, com a finalidade de conhecer o Projeto "Canto da Rua Emergencial" da iniciativa da Pastoral de Rua da Arquidiocese de BH e parceiros. A referida visita ocorrerá no dia 20/08/2021 às 14h00min, com ponto de encontro na entrada principal da Serraria Souza Pinto.

Por considerar a aprovação do requerimento 840/2021, vê-se que existe a necessidade da realização desta visita técnica para conhecer o Projeto "Canto da Rua Emergencial", assim como, estruturas in-loco, práticas aplicadas, profissionais envolvidos, processos executados e resultados, para que assim, os estudos a serem realizados sejam direcionados com debates e atividades que agregam mais valores e ações que possam colaborar com soluções, cada vez mais eficazes, no assunto em questão.

Sugiro que seja convidado o responsável pelo projeto, estendendo o convite aos vereadores, participantes ou não da comissão.

Durante a visita técnica, os representantes do Projeto "Canto da Rua Emergencial" da Serraria Souza Pinto deverão nos acompanhar e apresentar o local.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2021.

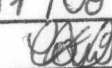

Vereador **BRAULIO LARA**

Partido NOVO

Ao Senhor

Vereador Wesley

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário.

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuídos
Em <u>11/08/2021</u>
 627
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO PARECER DO PROJETO DE LEI Nº 119/2021 - 2º TURNO DE VOTAÇÃO

RELATÓRIO

Projeto de Lei nº 119/2021, de autoria do Executivo, "*Autoriza o Poder Executivo a conceder, por meio de programa específico e temporário, descontos para pagamento, à vista ou parcelado, de créditos em favor do Município, e dá outras providências.*", foi aprovado em plenário no primeiro turno, tendo sido examinado e aprovado nas comissões de Comissão de Legislação e Justiça recebendo parecer de legalidade, juridicidade e regimentalidade com apresentação de emenda, por essa Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário recebendo parecer pela aprovação, com apresentação de emenda e a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, recebendo parecer pela aprovação.

O projeto recebeu 18 emendas, sendo que a Comissão de Legislação e Justiça, manifestou pela inconstitucionalidade das emendas 1, 5, 12 e 13; pela constitucionalidade das emendas 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17 e 18; pela ilegalidade e antijuridicidade das emendas 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 17 e 18; pela legalidade e juridicidade das emendas 2, 4, 11 e 14 e pela regimentalidade de todas as emendas apresentadas.

Designado relator, passo a análise de mérito das emendas apresentadas ao projeto nos termos temáticos dessa comissão, nos termos do art. 52, V do Regimento Interno desta casa.

FUNDAMENTAÇÃO

CMH DIRLEB-11/ago/21-13:36-002007-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A emenda aditiva nº 1, de autoria do Vereador Henrique Braga, concede anistia fiscal às entidades religiosas relativamente às penalidades aplicadas em razão de autuação por infração à legislação municipal urbanística, ocorridas no período de 31 de dezembro de 2014 até a data de publicação da lei.

De forma similar, a emenda nº 5, de autoria do Vereador Wesley, concede anistia fiscal às empresas do setor de eventos, relativamente às penalidades aplicadas em razão de autuação por infração à legislação municipal urbanística, ocorridas no período de 01 de janeiro de 2020 até a data de publicação desta lei.

Considerando se tratar de medida que desonera setores municipais que contribuem socialmente e/ou economicamente, opina-se pela aprovação das emendas 1 e 5.

A emenda nº 2, de autoria da Comissão de Legislação e Justiça, altera a redação do § 2º do art. 1º do projeto de lei, a fim de estabelecer que, os honorários advocatícios fixados pelo juiz nos moldes do art. 827 do CPC poderão ser parcelados nos mesmos termos e condições previstos no artigo. Verificada que a emenda torna objetiva e padronizada a possibilidade de adesão ao programa, opino pela sua aprovação.

A emenda nº 3, de autoria do Vereador Wesley, retira do projeto de lei o inciso IV do art. 2º, que versa sobre o ISSQN retido na fonte e não recolhido nos prazos estabelecidos na legislação municipal.

Já a emenda supressiva nº 8 e 16 de autoria do Vereador Juliano Lopes e do Vereador Léo, respectivamente, retiram o inciso III do art. 2º do projeto de lei, que trata das multas aplicadas em obediência às disposições da Lei nº 9.952, de 5 de julho de 2010, que "Institui a Operação Urbana de Estímulo ao Desenvolvimento da Infraestrutura de Saúde, de Turismo Cultural



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

e de Negócios, visando atender às demandas da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 no Município.".

Nesse sentido, os descontos previstos no projeto de lei deixariam de ser inaplicáveis a esse tipo créditos municipal. Pelo projeto se tratar da concessão de uma oportunidade de regularização de débitos junto ao município, opina-se pela aprovação da emenda nº 3, 8 e 16.

A emenda substitutiva nº 4, de autoria do Vereador Wesley, altera a redação do art. 3º e determina que o atraso no pagamento de qualquer parcela por período superior a cento e oitenta dias implicará o cancelamento do parcelamento e a restauração do valor original dos créditos reduzidos, relativamente às parcelas não pagas. A proposta ao prorrogar a tolerância do atraso no pagamento das parcelas está de acordo com a possibilidade de manutenção do desenvolvimento econômico municipal, apenas prevendo que novos percalços podem ocorrer pelos que optarem por aderir ao programa. Nesse sentido, opina-se pela aprovação da emenda.

As emendas aditivas nº 6 e 7, de autoria desta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, ampliam os descontos estabelecidos no art. 1º e §1º do projeto de lei e estabelecem para pagamento integral e à vista, desconto de 100% sobre o valor das multas moratórias em até 150 dias contados da regulamentação desta lei; para pagamento parcelado em até 84 parcelas mensais, desconto de 90% sobre o valor das multas moratórias e dos juros de mora; 99%, para pagamento integral e à vista, em até 150 dias contados da regulamentação desta lei; 90%, para pagamento parcelado de até 84 parcelas mensais para os contribuintes que tiveram sua atividade temporariamente fechada em razão das medidas restritivas municipais da COVID-19.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Importante ressaltar que, em forma simétrica ao projeto, há a manutenção integral do valor principal do crédito, também não se configurando como renúncia de receita.

Tratando-se de medida benéfica à população de Belo Horizonte, reduzindo encargos e possibilitando que os contribuintes possam investir mais no desenvolvimento econômico de Belo Horizonte, opina-se pela aprovação das emendas nº 6 e 7.

A emenda substitutiva nº 9, de autoria do Vereador Professor Juliano Lopes, amplia os tipos de créditos passíveis dos descontos previstos nos incisos I a IV do § 1º, do art. 1º do projeto de lei, e inclui os créditos relativos a penalidades por descumprimento de obrigações da legislação urbanística.

A emenda aditiva nº 14, de autoria do Vereador Léo, acrescenta §2º ao art. 1º do projeto em análise e propõe que os créditos relativos a multas aplicadas por descumprimento do disposto no inciso IV do art. 171 e Inciso I do art. 172 da Lei 8.816/2003 possam ser extintos com desconto, nos mesmos moldes estabelecidos no §1º do referido art. 1º.

A ampliação das possibilidades de regularização de débitos junto ao município é benéfica ao desenvolvimento municipal, permitindo a regularização do contribuinte junto ao fisco e concedendo a oportunidade de geração de novos investimentos. Nesse sentido, opino pela aprovação da emenda nº 9 e 14.

A emenda aditiva nº 10, de autoria da Vereadora Macaé Evaristo e do Vereador Pedro Patrus, acrescenta parágrafo ao projeto de lei e determina que para o pagamento à vista ou parcelado, em até noventa dias contados da regulamentação desta lei, isenção integral sobre o valor das multas moratórias e dos juros de mora, sobre os débitos ou as obrigações de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

pequeno valor em favor do Município, observado o disposto na Lei municipal nº 11.158, de 13 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre requisições de pequeno valor no Município. Considerando que a emenda apresenta cenário mais benéfico para o contribuinte, permitindo a regularização do débito principal, opina-se pela aprovação da emenda.

A emenda aditiva nº 11, de autoria da Vereadora Macaé Evaristo e do Vereador Pedro Patrus, acrescenta parágrafo ao art. 1º do projeto de lei e dispõe que para pagamento parcelado, contribuintes com débito superior a 30 salários mínimos deverá realizar depósito inicial mínimo de 5% do valor do débito principal. A proposta, ao exigir depósito inicial mínimo de 5% para o parcelamento dos créditos superiores a 30 salários mínimos, não se coaduna com os objetivos da proposição original do Executivo, para atendimento em caráter temporário e extraordinário às dificuldades econômicas impostas pela pandemia, na medida em que impõe uma condição que dificulta a regularização dos débitos de maior valor. Logo, pela proposta trazer entraves ao desenvolvimento econômico municipal, opina-se pela rejeição da emenda.

A emenda nº 12, apresentada pelas Vereadoras Bella Gonçalves e Iza Lourença, pretende conceder anistia relativa às multas não prescritas aplicadas em decorrência do exercício de atividades no logradouro público ocorridas até a data de publicação desta Lei, sem fazer qualquer corte em lapso temporal.

Nessa mesma linha, a emenda nº 13, apresentada pelas Vereadoras Bella Gonçalves e Iza Lourença, visa conceder anistia fiscal relativa as multas não prescritas aplicadas em decorrência de ocupação de logradouro ou imóvel públicos para fins de moradia de população de baixa renda ocorridas até a data de publicação desta Lei, sem fazer qualquer corte em lapso temporal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ambas as emendas não se apresentam lapso temporal inicial, pretendendo a desconsideração de toda e qualquer autuação já realizada e não paga no município. A aplicação de anistias sem delimitação temporal desregula os regramentos impostos às atividades inerentes ao sistema econômico, de transporte e viário, tornando ineficaz a legislação que visa o desenvolvimento ordenado do município. Assim, opino pela rejeição das emendas de nº 12 e 13.

A emenda substitutiva nº 15, de autoria do Vereador Léo, amplia o percentual dos descontos de 90, 85 e 80% a ser concedido sobre os juros e multa moratória para o pagamento a vista em até 30, 60 e 90 dias, respectivamente, previstos nas alíneas a, b, e c do inciso I do art. 1º do projeto de lei, para conceder desconto linear de 100% sobre os mesmos encargos para o pagamento "à vista" em até 90 dias.

A referida emenda também amplia as faixas e o valor dos descontos de 70, 60, 50 e 40% sobre os mesmos encargos, para o pagamento parcelado em até 12, 24, 32 e 84 parcelas, respectivamente, previstos nas alíneas a, b, c, e d, do inciso II, do art. 1º da proposição original, para 13 faixas de desconto de 35 a 95%, com variação de 5% entre as faixas, para o pagamento parcelado, também em 13 faixas, de 12 a 84 parcelas.

Além disso, altera os descontos sobre os valores dos créditos relativos a multas administrativas e penalidades aplicadas por descumprimento de obrigações tributadas acessórias de 80 e 60%, para pagamento "à vista" em até 30 e 60 dias, respectivamente, previstos nos incisos I e II do § 1º do art. 1º da proposição inicial, para conceder desconto linear de 100% sobre o valor das multas moratórias e dos juros de mora para o pagamento a vista em até 90 dias.

Na mesma linha, altera as faixas e o valor dos descontos de 50 e 30%, sobre o valor destes créditos, para o pagamento parcelado em até 12 e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

84 parcelas, respectivamente, previstos nos incisos III e IV do § 1º do art. 1º da proposição original, para 13 faixas de descontos de 35 a 95%, com variação de 5% entre as faixas, sobre o valor multas moratórias e dos juros de mora para o pagamento parcelado, também em 13 faixas, de 12 a 84 parcelas.

No que diz respeito à nova redação do § 2º do art. 1º da proposição inicial, verifica-se que os dispositivos contêm comando idêntico quanto à possibilidade de parcelamento dos honorários advocatícios, nos mesmos termos e condições previstos no art. 1º do projeto de lei. Os §§ 3º e 4º da emenda coincidem com os mesmos dispositivos constantes do projeto original. Por fim, o § 5º altera o prazo de 90 para 120 dias, para a adesão aos parcelamentos previstos no art. 1º.

Pelo exposto da emenda substitutiva nº 15, tratando-se de medida benéfica à população de Belo Horizonte, reduzindo encargos e possibilitando que os contribuintes possam investir mais no desenvolvimento econômico de Belo Horizonte, concedendo-se maiores descontos e margens para quitação dos débitos, opina-se pela sua aprovação.

A emenda aditiva nº 17, de autoria da Vereadora Macaé Evaristo e do Vereador Pedro Patrus, prevê que a receita advinda da regularização dos créditos, excluídas as vedações legais, serão direcionadas para a compra de vacinas, conforme Lei nº 11.290, de 27 de abril de 2021, e para programas de subsídio financeiro ligados à política de assistência social e de segurança alimentar e nutricional do Município, na proporção de 30% e 70% respectivamente. Por engessar fortemente o orçamento e considerando a extensão dos parcelamentos, a emenda se apresenta contrária ao desenvolvimento econômico, razão pela qual opina-se pela sua rejeição.

Por fim, no que tange à emenda nº 18, de autoria dos Vereadores Léo, Bim da Ambulância, Cláudio do Mundo Novo, Professor



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Claudiney Dulim, Professor Juliano Lopes, verifica-se que ela consolida em uma única proposição as alterações apresentadas nas emendas 14, 15 e 16.

Trata-se de importante medida para o esforço de recuperação da atividade econômica em Belo Horizonte, o refinanciamento das dívidas municipais representa nesse momento a principal iniciativa do Poder Público a fim de promover o restabelecimento do setor produtivo e, por consequência, contribuirá com o ingresso direto de recursos financeiros no caixa do tesouro a fim de fazer frente aos programas sociais que estão sendo implementados.

Para a efetividade da medida proposta, apresenta-se subemenda que foi debatida com os representantes do Executivo, mais precisamente da Secretaria Municipal de Finanças, juntamente com os vereadores que apresentaram emendas e esse relator, na busca da construção de um texto que harmonize as expectativas da sociedade e que, de outro lado, também prestigie a eficiência arrecadatória mais imediata que se espera com a aprovação da proposta.

Por fim, cumpre o registro, nos moldes de outros refinanciamentos anteriormente aprovados por esta Casa, foi incluído dispositivo que alcança a possibilidade de desconto para o pagamento sobre o crédito de natureza não tributária, como infrações por descumprimento da legislação urbanística (Código de Obras e Posturas Municipais), o que certamente representa um grande benefício e uma importante possibilidade de se regularizar o pequeno comerciante e empreendedor que responde pela geração da maior parte dos empregos na cidades.

Essa Comissão de Desenvolvimento Econômico e Sistema e Transporte Viário tem dimensão exata da relevância dessa medida e de como ela pode impactar positivamente na vida das pessoas e do setor produtivo, estimulando a sua regularização perante os débitos municipais e, em contrapartida, trazendo o ingresso imediato de recursos financeiros para o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

erário para manutenção do equilíbrio fiscal diante da necessidade de manutenção dos programas sociais criados pelo Executivo no contexto da Pandemia.

Logo, opina-se pela aprovação da emenda de nº 18, com apresentação e subemenda.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos aspectos que compete a esta comissão examinar, opino pela aprovação das emendas nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 14, 15, 16 e 18, essa última com apresentação de subemenda, e pela rejeição das emendas nº 11, 12, 13 e 17.

Belo Horizonte, 10 de agosto de 2021.

Vereador Braulio Lara

Partido NOVO



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SUBEMENDA ADITIVA Nº _____ À EMENDA Nº 18 AO PROJETO DE LEI Nº 119/2021

Acrescenta-se o seguinte parágrafo 2º ao art. 1º da Emenda nº 18 ao Projeto de Lei nº 119/2021, renumerando os parágrafos subsequentes:

“§2º Os créditos relativos a multas administrativas, ônus e penalidades aplicadas por descumprimento da legislação urbanística poderão ser extintos com desconto sobre o valor do crédito de:

I - 80% (oitenta por cento), para pagamento integral e à vista, em até trinta dias contados da regulamentação desta lei;

II - 60% (sessenta por cento), para pagamento integral e à vista, em até sessenta dias contados da regulamentação desta lei;

III - 50% (cinquenta por cento), para pagamento parcelado de duas até doze parcelas mensais;

IV - 30% (trinta por cento), para pagamento parcelado de treze até oitenta e quatro parcelas mensais.”.

Belo Horizonte, 10 de agosto de 2021.

Vereador Bráulio Lara

Partido NOVO



Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário

Parecer de 1º turno sobre o Projeto de Lei nº 160/2021

Relatório

O Projeto de Lei nº 160/2021, que Cria a Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte e dá outras providências, de autoria do Executivo, foi examinado preliminarmente pela Comissão de Legislação e Justiça, que concluiu por sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade, e pela Comissão de Administração Pública, que concluiu por sua aprovação. Vem agora a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito nos termos do art. 52, inciso V, do Regimento Interno desta Casa.

Fundamentação

O Projeto de Lei 160/2021 tem como objetivo criar a Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, SUMOB, autarquia vinculada à Secretaria Municipal de Política Urbana, dotada de autonomia orçamentária, financeira, técnica, funcional, administrativa e poder de polícia, bem como autorizar a extinção da empresa BHTrans, Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte, no prazo de até 15 anos, ou antes desde que atendidas todas as condicionantes presentes no projeto.

O projeto determina ainda que o Fundo de Transportes Urbanos — FTU — passa a se denominar Fundo Municipal de Mobilidade Urbana — FMU — sob gestão da SMPU, destinando-se a subsidiar, financiar e repassar recursos para despesas relativas à mobilidade urbana, ao trânsito e ao transporte público municipal.



O projeto inova no sentido de alterar a denominação e a natureza jurídica da entidade executiva de trânsito do Município. A Criação da Superintendência de Mobilidade vai adequar a personalidade jurídica da empresa de controle de trânsito e gestão de mobilidade na capital, criando uma autarquia no lugar da antiga sociedade de economia mista.

O fato da SUMOB ser uma autarquia vincula a Secretaria Municipal de Política Urbana facilitará as ações de planejamento e a execução das intervenções de trânsito, principalmente aquelas que necessitarem de obras, além da fiscalização do contrato de Concessão do Transporte.

Apesar da apresentação de emendas que serão discutidas em segundo turno, considerando o tema dessa comissão, entendo que o projeto de Lei 160/2021 contribuirá para uma mudança no paradigma da mobilidade urbana na capital e região metropolitana e proporcionará um melhor planejamento e gerenciamento do trânsito, principalmente do transporte público coletivo na cidade.

Conclusão

Em face do exposto, ante os aspectos que compete a esta comissão examinar, manifesto pela aprovação do Projeto de Lei nº 160/2021.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2021.



Vereador Wesley



OF. SMGO/DALE Nº 282 /2021

Belo Horizonte, 06 /08 /2021

Assunto: Resposta complementar ao **Requerimento de Comissão nº 385/2021** – Vereadora Macaé Evaristo – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 1.166/21, de 04/05/2021.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 385/2021, de autoria da Vereadora Macaé Evaristo, que solicita informações sobre o CRAS Zilá Spózito.

Consultada, a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura emitiu resposta por meio do Ofício SMOBI – Nº 156/2021, já remetido a essa Câmara Municipal por meio do Ofício SMGO/DALE Nº 196/2021, de 29/06/2021.

Em complementação à referida resposta, segue anexa manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Ofício SMSA/DALE nº 0605/2021.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Secretaria Municipal de Governo

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



Ofício SMSA/DALE n.º 0605/2021

Belo Horizonte, 29 de julho de 2021.

Assunto: TAG 319152 - Requerimento de Comissão 385/2021

Senhor Diretor,

Em atenção ao Requerimento de Comissão 385/2021, de 26 de abril de 2021, encaminhado à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, que requer as informações sobre o Centro de Saúde Zilah Spósito, a saber:

- 1- Licitação, empresa contratada e número do contrato para a execução da referida obra do Centro de Saúde;
- 2- Projeto e plantas descritivas do Centro de Saúde, localizado na Rua Coquilho, 75, Bairro Jaqueline;
- 3- Licitação e empresa contratada e número do contrato para a execução da referida obra da reconstrução do CRAS: quadra, estacionamento, vestiários completos, cobertura e arquibancadas;
- 4- Previsão orçamentária para as duas obras tratadas nos itens 1 e 3 acima;
- 5- Previsão de início e de término das duas obras tratadas nos itens 1 e 3;
- 6- Previsão de localização (endereço) da obra da quadra, vestiários, arquibancadas e sua cobertura conforme aprovado pelo OP tratada no item 3.

Primeiramente, esclarece-se que as obras de construção e/ou reconstrução de quarenta Centros de Saúde no município de Belo Horizonte, incluindo o Centro de Saúde Zilah Spósito fazem parte do "Projeto de Qualificação da Infraestrutura da Atenção Primária à Saúde de Belo Horizonte", de parceria público privada, firmada por meio de contrato de Concessão Administrativa da Atenção Primária.

Em relação à Concessão Administrativa da Atenção Primária, o contrato foi firmado em 2016 e o seu Primeiro Termo Aditivo celebrado em março de 2019. Conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Administrativa da Atenção Primária, o objeto contratado consiste na reconstrução de quarenta Centros de Saúde e na prestação de serviços não assistenciais por um prazo de 20 anos.

Importante esclarecer que o Sistema Único de Saúde de Belo Horizonte estrutura-se em uma rede de atenção composta por diversos pontos e/ou equipamentos de diferentes densidades tecnológicas. A Atenção Primária pode ser considerada o centro de comunicação dessa rede, onde se coordenam um conjunto de intervenções de saúde no âmbito individual e coletivo, dirigidas a populações de territórios definidos, envolvendo a promoção, prevenção, vigilância à saúde, diagnóstico, tratamento e reabilitação, orientadas pelos princípios da universalidade, acessibilidade, continuidade, integralidade, responsabilização, humanização, vínculo, equidade e participação social.

A Prefeitura de Belo Horizonte, com o objetivo de consolidar a Atenção Primária como eixo estruturador da REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE Município, apresenta o Projeto de Qualificação da Infraestrutura da Atenção Primária à Saúde.

Em suma, este Projeto tem como proposta a qualificação da estrutura física e de serviços de apoio não assistenciais dos Centros de Saúde ("CS"), Centro de Material e Esterilização ("CME") e Laboratório ("LABORATÓRIO") do Município de Belo Horizonte, de modo a promover melhorias na qualidade dos serviços.

Entende-se por CS o local onde se desenvolvem ações para o acolhimento aos usuários, atendimento às condições agudas, atendimento à demanda programada em todos os ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, e ações de prevenção, promoção à saúde, diagnóstico, tratamento e reabilitação.

Conforme previsão do Contrato Original, a Concessão Administrativa se dará por um prazo de 20 (vinte) anos, contados a partir de sua data de eficácia, in verbis:



Cláusula 5a – DO PRAZO DA CONCESSÃO

5.1 A outorga da Concessão e a vigência deste CONTRATO terão o prazo de 20 (vinte) anos, contados a partir da DATA DE EFICÁCIA.

5.1.1 considera-se DATA DE EFICÁCIA a data em que se der o atendimento cumulativo dos seguintes eventos:

- (i) assinatura deste CONTRATO; e*
- (ii) comprovação pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA de constituição das garantias públicas em seu favor, nos termos da subcláusula 20.1 deste CONTRATO, mediante assinatura do contrato de penhor, conforme instrumento constante do Anexo XI.*
- (iii) obtenção e comprovação pela CONCESSIONÁRIA de financiamento de longo prazo para a CONCESSÃO.*

O 3º Termo Aditivo ao Contrato Original, em sua Cláusula 4ª, previu que, “nos termos da Subcláusula 5.3.2 do CONTRATO, as partes acordam que DATA DE EFICÁCIA se iniciará a partir da assinatura do CONTRATO DE PENHOR, que se deu em 21 de janeiro de 2020”.

Ainda, no 3º Termo Aditivo, no Anexo IV prevê a hipótese de aquisição de novos terrenos, de forma a atingir a área mínima necessária para a reconstrução da unidades e que para viabilizar a implantação de nova unidade em novo terreno diverso dos terrenos descritos, o Poder Concedente poderá solicitar à Concessionária nos termos da Cláusula 7.2.3 do contrato identificar os possíveis locais para implantação das unidades e submeter a nova proposta de localização à aprovação junto ao Poder Concedente seja qual for o caso.

Cumprе esclarecer também que, a Lei 11.181 de 08 de agosto de 2019 que aprovou o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, entrou em vigor 05 de fevereiro de 2020, ou seja, 180 (cento e oitenta) dias após a sua publicação, que se deu em 09 de agosto de 2019, conforme disposição constante no seu Art. 410.

Nesse talante, destaca-se a previsão contratual do Anexo IV que define que “Os PROJETOS deverão ser submetidos a todos os trâmites legais de aprovação junto aos órgãos competentes para obtenção dos alvarás e licenças de funcionamento” Dessa forma, as normativas do Plano Diretor e da legislação nortearam todas as análises e a escolha dos novos terrenos, como se passa a demonstrar.

A escolha do imóvel para implantação dos Centros de Saúde leva em consideração várias questões, inclusive no que diz respeito às limitações previstas no Plano Diretor. A seguir, serão listados os imóveis disponíveis na região para a implantação do CS Zilah Spósito, os quais consideraram localização, área e disponibilidade, dentre outros fatores, que foram analisados, quais sejam:

- 1) Rua Coquilho nº 105 – bairro Jaqueline

A área é de propriedade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), zoneamento: PA-1 - Preservação Ambiental – 1 com destinação de uso para espaço livre de uso público,

Considerando o Art. 368 da Lei 11181/2019 a atividade não é admitida no local.

Art. 368 - Na subárea I, constituída pelo Parque Serra Verde e pelas áreas de proteção ambiental e paisagística, aplicam-se os seguintes parâmetros urbanísticos:

I - CAbas igual a 0,05 (cinco centésimos);

II - TO igual a 2% (dois por cento);

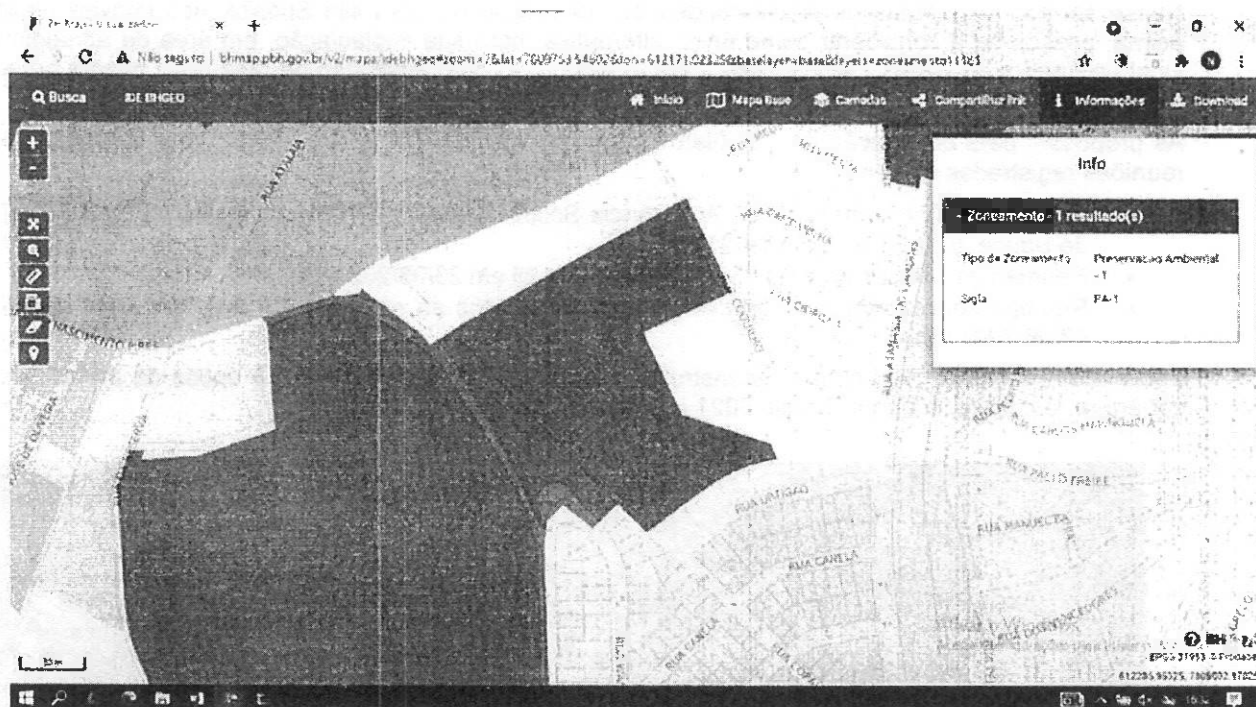
III - TP igual a 95% (noventa e cinco por cento).

Parágrafo único - Na subárea I, somente são admitidas as atividades relacionadas às seguintes finalidades:

I - serviço de apoio e manutenção das áreas;

II - equipamentos de cultura, lazer, esportes;

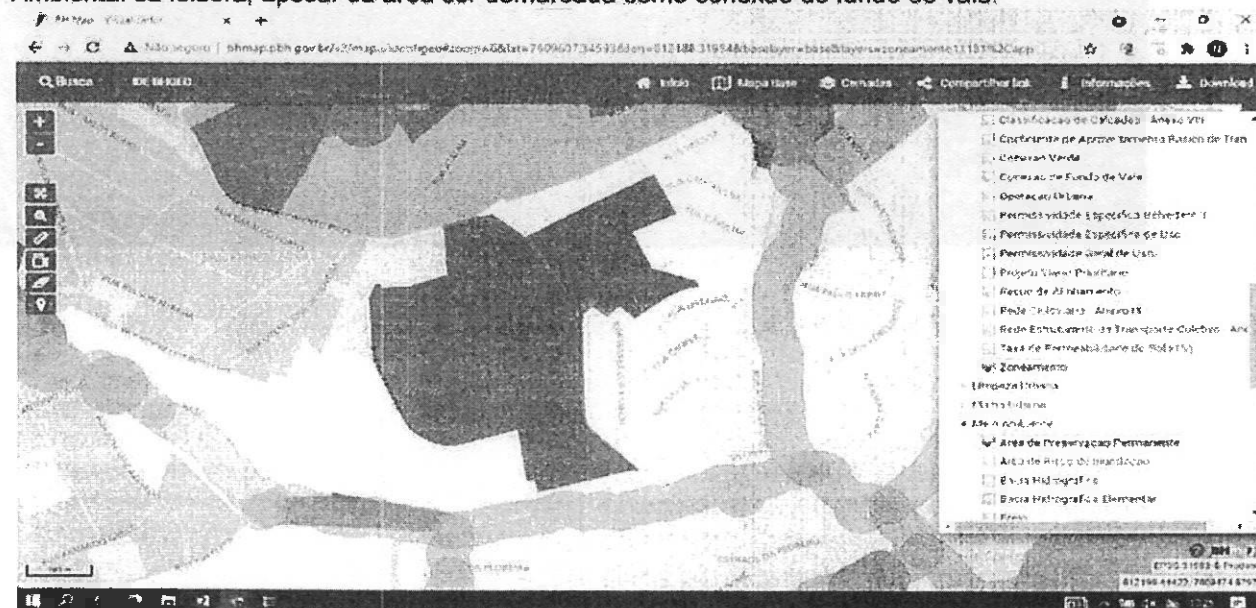
III - equipamentos destinados a práticas ambientais.



1) Rua Atanásia dos Jardins – bairro Jaqueline

A área é de propriedade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), zoneamento: PA-3 - Preservação Ambiental - 3 - (89,69%), PA-1 - Preservação Ambiental - 1 - (28,17%) e ZEIS-2 - Zona de Especial Interesse Social - 2 (2,14%) com destinação de uso para área verde e Lote inserido em Área de Preservação Permanente (APP).

Como a área também está demarcada como conexão de fundo de vale lembramos que é vedado o tamponamento de córregos, devendo ser evitada a canalização e priorizada sua manutenção em leito natural com áreas adjacentes dedicadas à preservação ambiental, conforme §1º do artigo 198 da Lei 11.181/2019. O §3º do artigo 201 da Lei 11.181/2019 dispensa a elaboração de PEA na ADE de Interesse Ambiental da Isidora, apesar da área ser demarcada como conexão de fundo de vale.



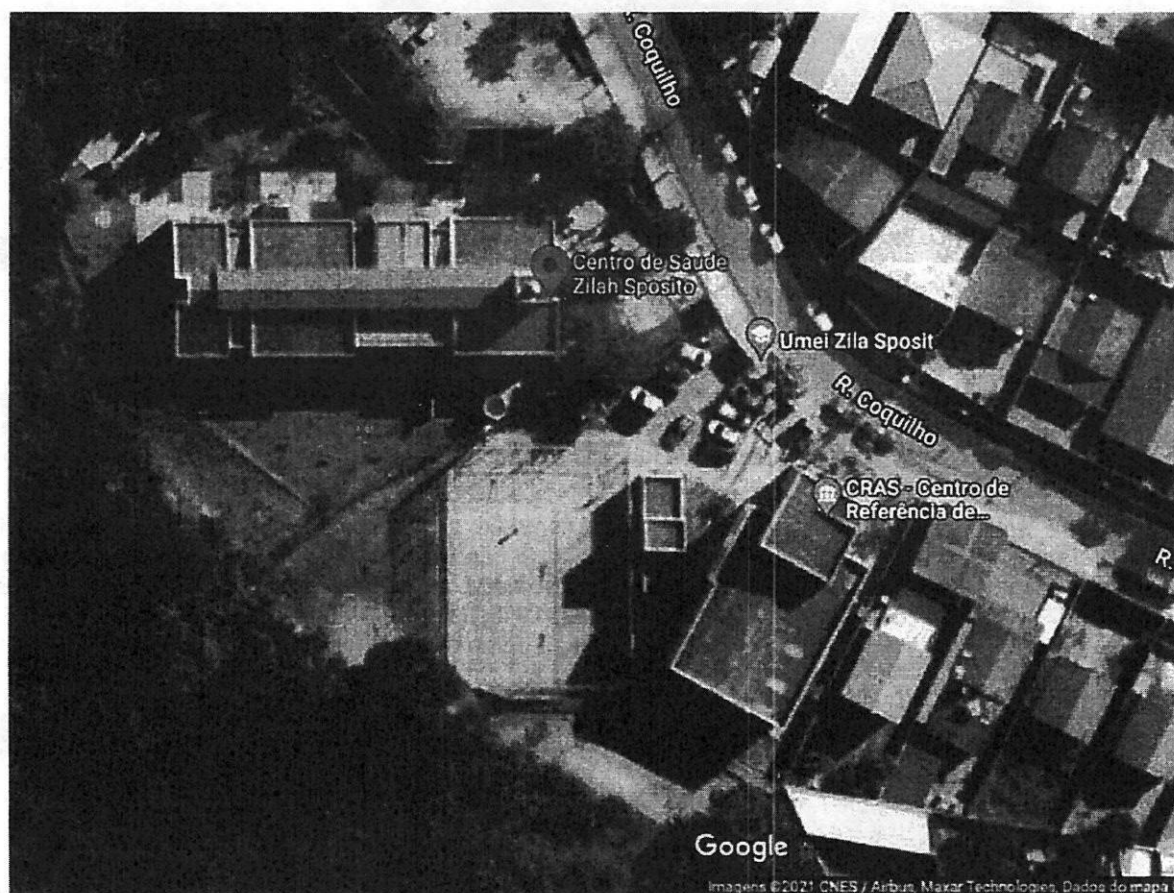


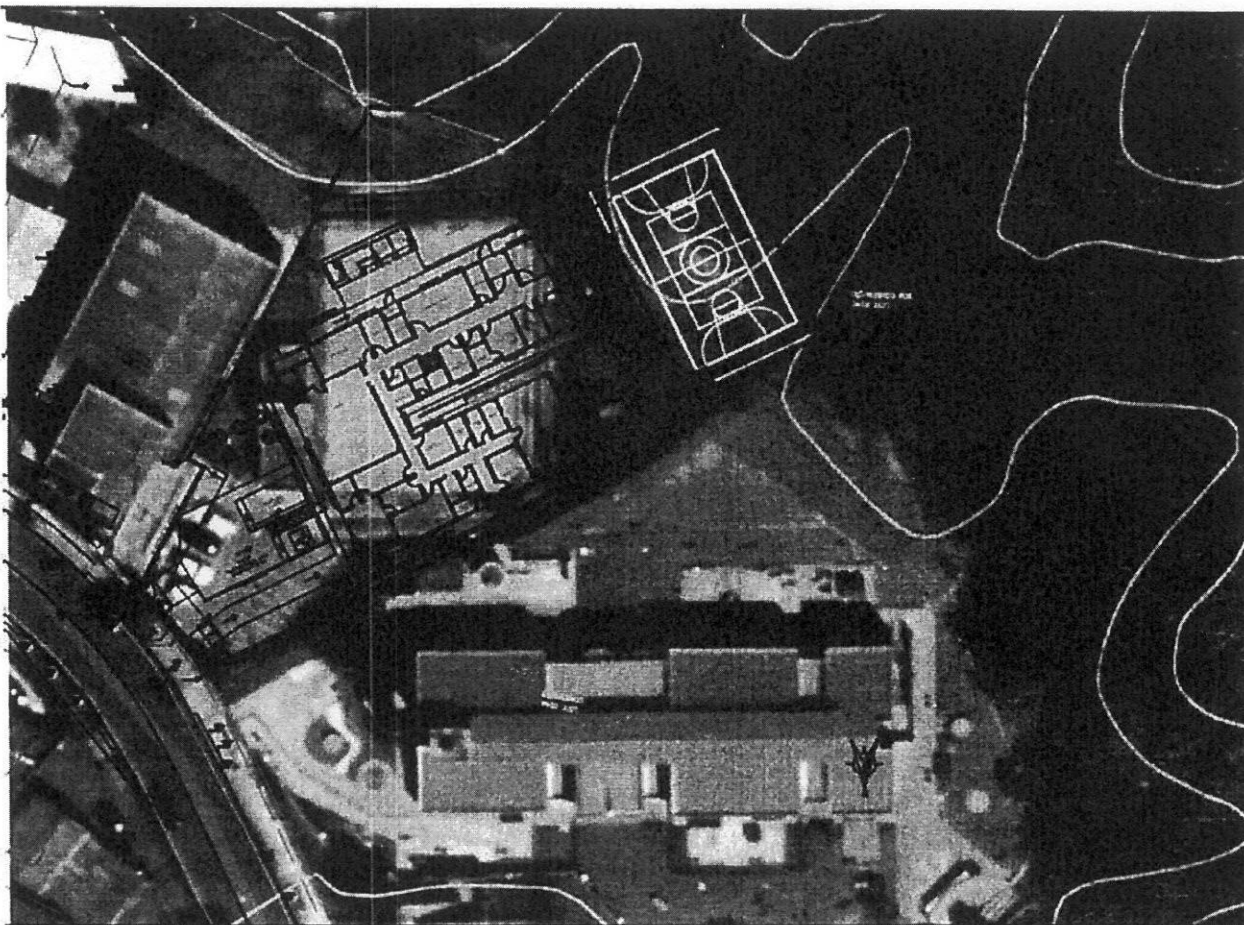
Nesse sentido, esgotadas as possibilidades de construção do CS Zilah Spósito, nos imóveis elencados acima, passou-se a considerar como única alternativa, para sua implantação, em área de abrangência, o local da quadra do CRAS Zilah Spósito e como alternativa a reconstrução de uma nova quadra no espaço entre as unidades CRAS, Centro de Saúde e EMEI na Rua Coquihó, nº 85 no bairro Jaqueline.

As propostas para construção do CS Zilah Spósito no local da quadra do CRAS foram apresentadas nas reuniões registradas em ata:

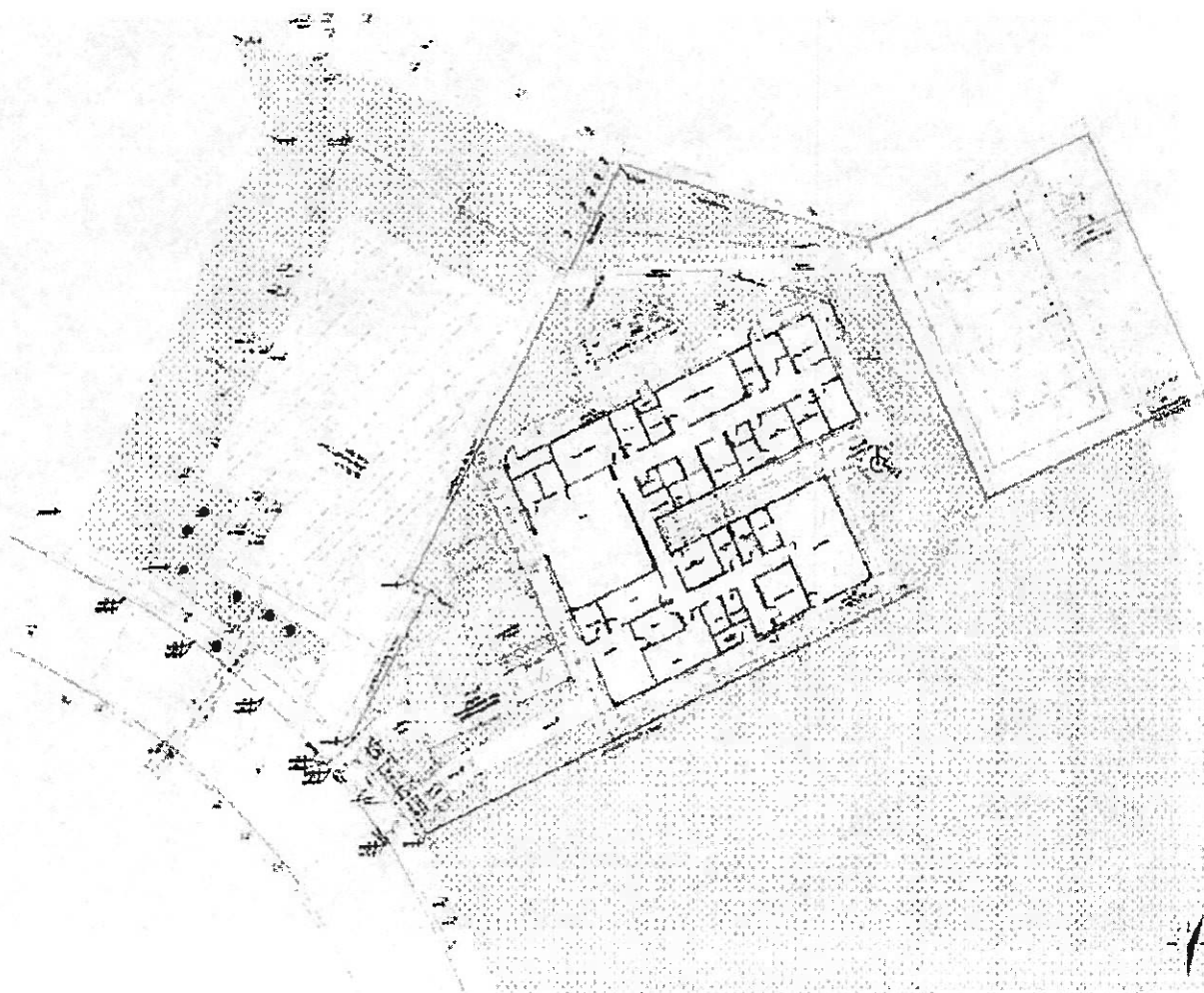
- Reunião do Conselho Local de Assistência Social da Regional Norte e Gestão da Saúde do Centro de Saúde Zilah Spósito em 14/01/2021
- Reunião da Comissão Local de Assistência Social em 23/03/2021
- Reunião comunitária para apresentação dos projetos da nova quadra do Cras Zilah Spósito em 02/06/2021 onde

Esclarecemos que a quadra será reconstruída conforme a existente no local à época da demolição, sem cobertura, conforme imagem Google 2021 abaixo.

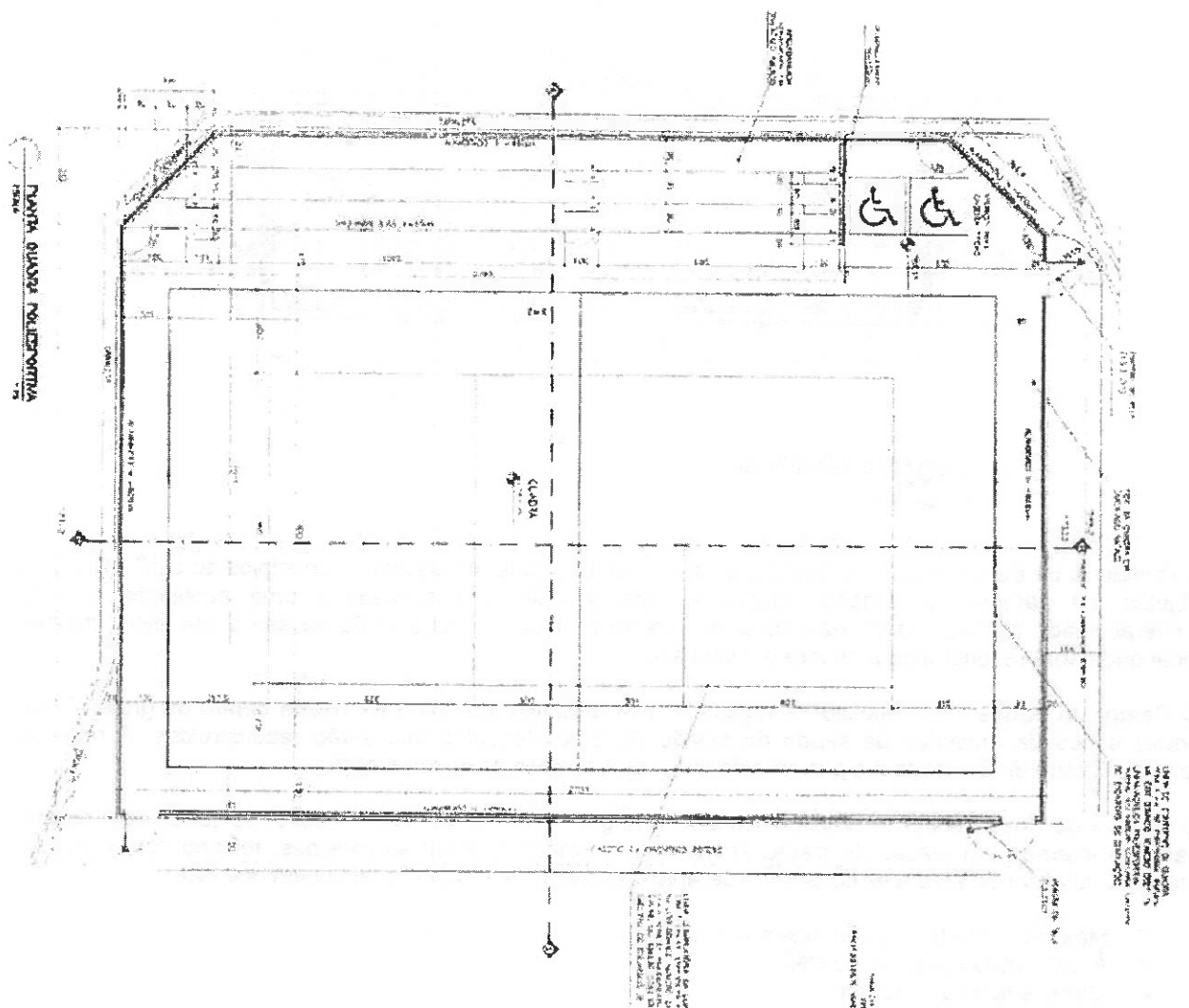




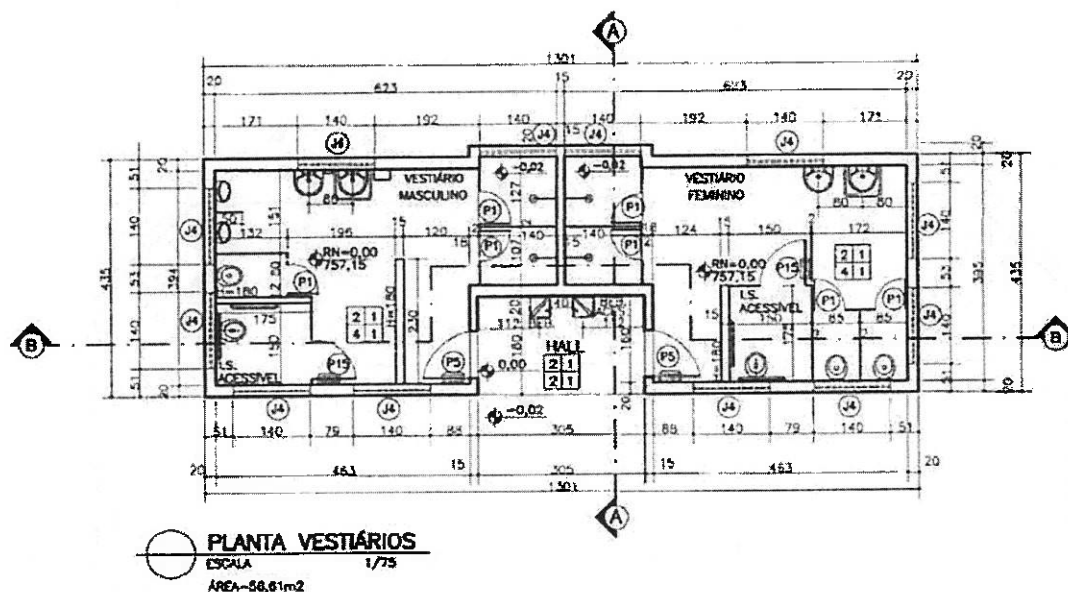
Proposta de implantação – área atrás do Centro de Saúde



Projeto de Implantação – Centro de Saúde e Quadra



Projeto quadra



A Prefeitura de Belo Horizonte e Secretaria Municipal de Saúde atendendo os princípios do SUS BH com o objetivo de garantir atendimento integral e uma assistência qualificada a uma população de alta vulnerabilidade definiram a priorização deste projeto na Rua Coquilho nº 85 no bairro Jaqueline, mesmo local onde será reconstruída a quadra e o vestiário.

O Centro de Saúde Zilah Spósito na regional Norte foi aprovado como prioridade dentro do grupo de 40 novas sedes de unidades de saúde da cidade de Belo Horizonte que serão reconstruídas. A obra do referido Centro de Saúde tem a previsão de conclusão no mês de novembro/21.

O projeto do novo espaço é uma edificação em Light Steel Frame (LSF), possui 02 (dois) pavimentos, paredes internas em placas de gesso acartonado e placas cimentícias externas, telhado com estrutura metálica, totalizando área total construída de aproximadamente 1.000m² e tem como objetivo:

- ✓ Máximo conforto aos usuários e funcionários;
- ✓ Áreas 100% acessíveis à PNE;
- ✓ Identidade visual própria;
- ✓ Utilização de tecnologias sustentáveis;
- ✓ Revestimentos de fácil higienização;
- ✓ Padronização das tipologias em 2 pavimentos;
- ✓ Implantação facilitada;
- ✓ Redução de custos de desapropriação;
- ✓ Industrialização do processo construtivo.
- ✓ Acessos Independentes;
- ✓ Humanização dos ambientes;
- ✓ Lógica contígua de serviços;
- ✓ Integração dos ambientes;
- ✓ Redução do cruzamento de fluxos de usuários e funcionários

No primeiro pavimento temos:

Recepção, Arquivo e Espera

- ✓ IS's feminino e masculino acessíveis;
- ✓ Triagem;
- ✓ Sala de Procedimentos com I.S.;
- ✓ Curativo;
- ✓ Higienização;



- ✓ 03 consultórios de Apoio Indiferenciado;
- ✓ 01 Consultório Apoio NASF;
- ✓ 01 Consultório Ginecológico;
- ✓ Utilidades;
- ✓ Roupas sujas e Roupas Limpas;
- ✓ Zoonoses: Sala Agentes, Almoxarifado e Vestiários feminino e masculino;
- ✓ Sala Multiuso;
- ✓ Sub-Espera;
- ✓ Farmácia e Assistência à Farmácia;
- ✓ Coleta;
- ✓ I.S acessível;
- ✓ Vacina.

No segundo pavimento temos:

- ✓ 12 Consultórios ESF com 06 banheiros;
- ✓ Consultório Odontológico com 06 cadeiras;
- ✓ Consultório Anamnese;
- ✓ Escovário;
- ✓ D.M.L;
- ✓ Utilidades;
- ✓ Almoxarifado;
- ✓ Gerência;
- ✓ Administrativo;
- ✓ Sala de Agentes;
- ✓ Copa;
- ✓ Vestiários feminino, masculino e PNE.

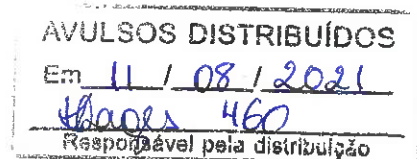
Destaca-se que todos os documentos para consulta a respeito da Concessão Administrativa da Atenção Primária, incluindo o contrato, os aditivos e os anexos, encontram-se disponíveis em <https://prefeitura.pbh.gov.br/transparencia/acoes-e-programas/parcerias-publico-privadas/atencao-primaria>.

Por fim, informa-se que, são publicados mensalmente no Portal da PBH (<https://prefeitura.pbh.gov.br/index.php/transparencia/acoes-e-programas/parcerias-publico-privadas/atencao-primaria>), os Relatórios de Acompanhamento de Obras.

Atenciosamente,

Jackson Machado Pinto
Secretário
Secretaria Municipal de Saúde/SMSA

Ao Ilmo. Senhor
Guilherme de Souza Barcelos
Diretor
Diretoria de Acompanhamento Legislativo (DALE)





OF. SMGO/DALE Nº 301 /2021

Belo Horizonte, 09 / 08 /2021

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 742/2021** – Vereador Nikolas Ferreira – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 2.156/21 de 12/07/2021.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 742/2021, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que solicita informações sobre a realização de manutenção nos viadutos da capital.

Consultada, a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura emitiu resposta por meio do Ofício SMOBI Nº 366/2021, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Secretaria Municipal de Governo

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SMOBI N.º366/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Belo Horizonte, 26 de julho de 2021

Ref.: TAG 333119

Prezado Senhor,

Em atenção ao Requerimento de Comissão nº 742/2021, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira de Oliveira, que solicita informações sobre a manutenção nos viadutos da capital, segue ofício DMAN-SD/CMBH - N°091/2021, da Diretoria de Manutenção da SUDECAP.

Atenciosamente,

JOSUÉ COSTA VALADÃO
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

Ao senhor

Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo

Secretaria Municipal de Governo



Ofício DMAN-SD/CMBH - Nº 091/2021

Belo Horizonte, 26 de julho de 2021.

Ao Senhor,

NIKOLAS FERREIRA DE OLIVEIRA

Vereador

Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH

Assunto: Resposta - Requerimento de Comissão nº 742 da Câmara Municipal de Belo Horizonte – Serviços de manutenção em Viadutos.

Senhor Vereador,

Em atendimento à solicitação encaminhada por meio do Requerimento nº 742, seguem abaixo as respostas aos questionamentos formulados.

1. Qual a periodicidade de realização de manutenção e inspeção nos viadutos da capital?

A periodicidade é anual, conforme orientação da norma NBR-9452 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, ou antes sob demanda em caso de dúvidas com relação ao estado da mesma. São consideradas inspeções Cadastral, Rotineira, Especial e Extraordinária.

2. O que é avaliado nessas inspeções?

Os critérios de avaliação nas inspeções são definidos pela norma NBR-9452 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, Onde são avaliados de forma expedita as condições e parâmetros de funcionalidade, durabilidade e estabilidade, incluindo ainda estado de conservação e a gravidade dos problemas detectados, respeitando as Normas Brasileiras aplicáveis em cada caso. Essa classificação segue de acordo com esta norma em 5 níveis de notas, como: 05 - excelente; 04 - Boa; 03 - Regular; 02 - Ruim; 01 - Crítica.



3. As avaliações são realizadas por órgãos técnicos da Prefeitura ou por alguma empresa contratada?

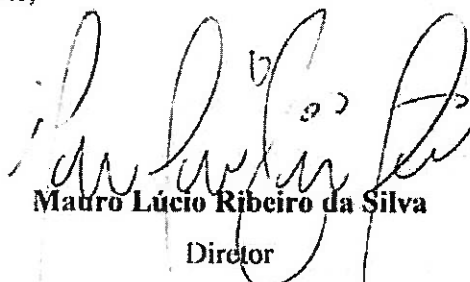
As avaliações de Rotina são realizadas por equipes do corpo técnico da PBH, de acordo com a resposta do quesito 01. Caso seja identificado a necessidade de uma inspeção Especial, contamos com o Contrato DJ-013/21 - RECUPERAÇÃO SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA LTDA - Contrato de Consultoria em Estruturas de Concreto.

4. A Prefeitura possui estudo recente sobre os estados dos viadutos da capital? Caso positivo, favor encaminhar a esta comissão.

Sim. Todas estão classificadas seguindo os critérios aqui mencionados, de forma a se estabelecer uma ordem de prioridade para as intervenções de manutenção e/ou recuperação necessários. Para esse fim, tenho vigente o contrato DJ-014/20 - GPO MERCANTIL E ENGENHARIA EIRELI - de Manutenção em Obras de Arte Especiais. O cadastro desses viadutos e esse acervo, com georreferenciamento é extenso e está disponível em nosso servidor da DMAN-SD (SUDECAP_FS).

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Mauro Lúcio Ribeiro da Silva
Diretor

Diretoria de Manutenção – DMAN-SD

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 11 / 08 / 2021

Mauro Lúcio Ribeiro da Silva 460

Responsável pela distribuição



OF. SMGO/DALE Nº 302/2021

Belo Horizonte, **09 / 08** /2021

Assunto: Resposta ao Requerimento de Comissão nº 743/2021 – Vereador Nikolas Ferreira – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 2.158/21 de 12/07/2021.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 743/2021, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que solicita informações sobre a realização de manutenção nas passarelas da capital.

Consultada, a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura emitiu resposta por meio do Ofício SMOBI Nº 384/2021, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Secretaria Municipal de Governo

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

SMOBI N.º384/2021

Belo Horizonte, 28 de julho de 2021

Ref.: TAG 333126

Prezado Senhor,

Em atenção ao Requerimento de Comissão nº 743/2021, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira de Oliveira, que solicita informações sobre a manutenção nas passarelas da capital, segue ofício DMAN-SD/CMBH - N°089/2021, da Diretoria de Manutenção da SUDECAP.

Atenciosamente,

JOSUÉ COSTA VALADÃO
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

Ao senhor

Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo

Secretaria Municipal de Governo



Ofício DMAN-SD/CMBH - Nº 089/2021

Belo Horizonte, 26 de julho de 2021.

Ao Senhor,

NIKOLAS FERREIRA DE OLIVEIRA

Vereador

Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH

Assunto: Resposta - Requerimento de Comissão nº 743 da Câmara Municipal de Belo Horizonte – Serviços de manutenção em Passarelas.

Senhor Vereador,

Em atendimento à solicitação encaminhada por meio do Requerimento nº 743, seguem abaixo as respostas aos questionamentos formulados.

1. Qual a periodicidade de realização de manutenção e inspeção nas passarelas da capital?

A periodicidade é anual, conforme orientação da norma NBR-9452 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, ou antes, sob demanda em caso de dúvidas com relação ao estado da mesma. São consideradas inspeções Cadastral, Rotineira, Especial e Extraordinária.

2. O que é avaliado nessas inspeções?

Os critérios de avaliação nas inspeções são definidos pela norma NBR-9452 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, onde são avaliados de forma expedita as condições e parâmetros de funcionalidade, durabilidade e estabilidade, incluindo ainda estado de conservação e a gravidade dos problemas detectados, respeitando as Normas Brasileiras aplicáveis em cada caso. Essa classificação segue de acordo com esta norma em 5 níveis de notas, como: 05 - excelente; 04 - Boa; 03 - Regular; 02 - Ruim; 01 - Crítica.



3. As avaliações são realizadas por órgãos técnicos da Prefeitura ou por alguma empresa contratada?

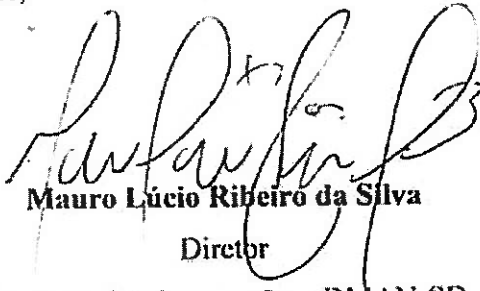
As avaliações de Rotina são realizadas por equipes do corpo técnico da PBH, de acordo com a resposta do quesito 01. Caso seja identificado a necessidade de uma inspeção Especial, contamos com o Contrato DJ-013/21 - RECUPERAÇÃO SERVIÇOS ESPECIAIS DE ENGENHARIA LTDA - Contrato de Consultoria em Estruturas de Concreto.

4. A Prefeitura possui estudo recente sobre os estados das passarelas da capital? Caso positivo, favor encaminhar a esta comissão.

Sim. Todas estão classificadas seguindo os critérios aqui mencionados, de forma a se estabelecer uma ordem de prioridade para as intervenções de manutenção e/ou recuperação necessários. Para esse fim, tenho vigente o contrato DJ-014/20 - GPO MERCANTIL E ENGENHARIA EIRELI - de Manutenção em Obras de Arte Especiais. O cadastro dessas passarelas e esse acervo, com georreferenciamento é extenso e está disponível em nosso servidor da DMAN-SD (SUDECAP_FS).

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,


Mauro Lúcio Ribeiro da Silva
Diretor

Diretoria de Manutenção – DMAN-SD

